



## ANEXO I: JUSTIFICATIVAS

### A. Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do fornecimentos previstas no Termo de Referência (TR) e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o TR que versa sobre o processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, por Sistema de Registro de Preços – SRP, objetivando promover a contratação de empresa com vista a realização do **“FORNECIMENTO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE KIT’S DE IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO, PARA ATENDIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SOB JURISDIÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL”**.

### B. Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A modalidade de licitação é **Pregão Eletrônico** considerando que se trata de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002.

A técnica envolvida na execução do fornecimento do objeto desta licitação é amplamente conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e as planilhas de quantidades e preços máximos.

Nesta modalidade de licitação o essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido, para tanto procurou-se instruir o Termo de Referência e Especificações Técnicas de forma a definirem de maneira criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento e dos serviços que serão contratados.

A modalidade Licitação eletrônica facilita a participação de um maior contingente de licitantes, neste certame será adotado o critério de julgamento de **Menor Preço** - nos termos do Art. 54 Lei nº 13.303/16, e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU.

### C. Da adoção do “TIPO MENOR PREÇO POR ITEM”:

Adotou-se a contratação por item em atendimento aos princípios administrativos, bem como aos princípios da licitação pública, na expectativa de se obter a proposta mais vantajosa por intermédio da ampliação da concorrência.

Embora sejam itens de semelhante aplicação e mercado, não apresentam dependências entre si na aplicação prevista, o que corrobora com a opção pela licitação por item.

### D. Justificativas:

O processo licitatório se justifica por se tratar de empreendimento de interesse público, que busca fomentar e a promoção do fortalecimento, qualificação de atividades produtivas e



promover a estruturação das cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, mandiocultura e olericultura em comunidades rurais das microrregiões do sertão de pernambucano, todas inseridas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, influenciando diretamente no aumento da produção familiar, principalmente, de alimentos.

Esta intervenção representou um marco para a agricultura familiar, haja vista, propor a difusão da microirrigação ou irrigação por gotejamento a baixa pressão, para os agricultores familiares que, embora tenham enorme relevância estatística no cenário agrícola brasileiro, não têm acesso a tecnologias mais modernas e adequadas às atividades, como a irrigação. Neste contexto, os sistemas de irrigação familiares por gotejamento se apresentam como uma solução barata, de simples aplicação técnica (tanto instalação quanto operação) e de grande potencial para melhoria na produção e produtividade destas famílias.

Tendo em vista que essas atividades fazem parte do plano de atuação desenvolvido pela Codevasf voltado para as APL's, neste processo, a companhia vem promovendo ações de qualificação, incentivo e apoio das cadeias produtivas, bem como a estruturação das atividades típicas e tradicionais praticadas por associações e comunidades, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais - APLs.

Estas APL's devem ser entendidos como atividades culturais e econômicas, que vêm sendo praticadas por um contingente significativo de indivíduos, na forma de empreendimento, em um determinado território, sendo portanto sua atividade produtiva predominante, o que se adequa aos casos dos municípios do Sertão do Pajeú, Itaparica e São Francisco, região do estado de Pernambuco onde a agricultura familiar é uma atividade primordial para a economia produtiva dos pequenos agricultores da região.

#### **E. Da adoção Sistema de Registro de Preços (SRP):**

Este item pretende indicar os motivos que levaram a optar pela escolha da opção de realizar a licitação por Sistema de Registro de Preços (SRP), para tanto tomou-se como base as fundamentações legais prevista no art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013, segundo a qual o SRP poderá ser usado nas seguintes hipóteses:

- i. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;**
- ii. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- iii. Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- iv. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Tomando como fundamento esta legislação optou-se pela aplicação do “**Sistema de Registro de Preços - SRP**” neste procedimento, que foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Além disso, as condições atuais de acesso aos recursos hídricos, principalmente, pela população de mais baixa renda é uma barreira grande e densa no que diz respeito ao



desenvolvimento dessas atividades no Sertão Pernambucano. Pois, a seca que já é uma realidade difícil nesta região vem aumentando sua área de abrangência na região, o que leva a uma necessidade cada vez maior de acesso ao “bem hídrico” e de otimização da sua utilização, condições estas que são características da irrigação, ainda mais, do gotejamento.

#### **F. Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):**

Quanto a possibilidade de motivação da dispensa da divulgação da intenção de registro de preços (IRP), por parte de órgão gerenciador, o Advogado da União, Ronny Charles, indica que:

O Decreto federal nº 7.892/2013 previu expressamente o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, para a divulgação dos procedimentos licitatórios iniciados com a utilização do SRP, ainda na fase interna, para que os demais órgãos e entidades possam ter conhecimento da futura licitação, unindo sua pretensão contratual ao certame gestado e tornando-se um órgão participante. Nos termos do regulamento, a divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada, pelo órgão gerenciador. Diversos motivos podem justificar a não divulgação da intenção de registro de preços, entre eles: necessidade de conclusão célere do procedimento; especificidade da contratação; dificuldades operacionais; experiências anteriores negativas com o uso do IRP, entre outros. O regulamento optou por não limitar as justificativas possíveis, atitude foi correta, pois situações concretas podem tornar inadequado ou inconveniente este procedimento. (BRASIL, 2013).

Desta forma, em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

#### **G. Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:**

Será permitida a adesão a Ata de Registro de Preços, tendo em vista que esse procedimento permite promover a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo.

Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens.

Por outro lado a experiência tem demonstrado que as adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas, isso porque a contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

#### H. Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

#### I. Da subcontratação:

Objeto a ser licitado caracteriza-se como sendo um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresa que atuem na área, **não havendo necessidade de subcontratação das parcelas** de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares, e que, por não dizerem respeito às atividades fim da CONTRATADA não são, muitas das vezes, objeto de execução diretamente pelas mesmas.

Conforme o art. 78 da Lei 13.303/2016:

“Art. 78. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista, conforme previsto no edital do certame”.

#### J. Da necessidade da contratação:

As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir sua dependência econômica de atividades produtivas não rurais ou mesmo de verbas governamentais, as quais muitas vezes não são suficientes para evitar o colapso das atividades produtivas rurais, sobretudo na agropecuária, impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população para as cidades.

As cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, mandiocultura e olericultura em comunidades rurais das microrregiões do sertão de pernambucanos, vêm ao longo dos anos propiciando a geração de inúmeros postos de trabalho, possibilita a permanência do homem no campo, sendo considerada de grande importância para o desenvolvimento regional, pois apresenta alternativas de ocupação e renda para o produtor rural, além de garantir segurança alimentar.

Nesse contexto, a implantação dos perímetros de irrigação nos municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Petrolândia, todos no estado de Pernambuco, representam exemplos do potencial da agricultura irrigada, mostrando que a irrigação é capaz de gerar oportunidade de estrutura e desenvolver a cadeia produtiva da agricultura mesmo na região semiárido. ocorre que os custo de implantação de unidade produtivas irrigadas são excessivamente altos para pequenos agricultores, fazendo-se necessário a intervenção do estado para super esta lacuna.



Portanto, conforme já mencionado nesta justificativa, os pequenos sistemas de irrigação, dada sua simplicidade de aplicação, devem representar um primeiro passo no sentido de proporcionar o acesso das populações rurais mais carentes às tecnologias agrícolas mais avançadas, o que certamente permitirá produzir em mais quantidade, com mais qualidade e, na maior parte do ano, em função da irrigação. Quadro este que influenciará na segurança alimentar, na renda e na fixação de moradia em comunidades rurais de origem dos beneficiários.

#### **K. Regime de execução:**

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao falar em regimes de execução diz que:

Art. 42. Na licitação e na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, serão observadas as seguintes definições:

**I - empreitada por preço unitário: contratação por preço certo de unidades determinadas;**

II - empreitada por preço global: contratação por preço certo e total;

III - tarefa: contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de material;

IV - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada;

V - contratação semi-integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1º e 3º deste artigo;

VI - contratação integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo (BRASIL,2016).

Com base na legislação, o que se pretende neste processo é promover a difusão do recurso técnico da irrigação no contexto da agricultura familiar, podendo serem atendidas várias cidades e associações na área de atuação da 3ª SR, o que dificultaria a execução **por empreitada por preço global: contratação por preço certo e total**, o qual é disposto no Inciso II, art. 42, da Lei 13.303/16.

Por outro lado, tendo em vista uma maior eficiência na execução, o método de remuneração capaz de gerar uma maior segurança administrativa e jurídica, e realizar o pagamento **por preço certo de unidades determinadas**, o qual é disposto no Inciso I, art. 42, da Lei 13.303/16, permitindo que seja paga o que foi efetivamente fornecido, logo este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Por tudo o que foi anteriormente apresentado optou-se por adotar o regime de execução por Empreitada por **Preços Unitários, com pagamento de preço certo de unidades determinadas**, logo o pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente fornecidas.

#### **L. Participação de Consórcios<sup>1</sup>:**

O objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

Por consequente **não será permitida a participação de consórcio**, por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma cooperativa, conforme estabelece IN 05/20172.

#### **M. Participação de Cooperativa:**

A princípio **não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas**.

Tendo em vista a natureza do fornecimento dificultar o atendimento das exigências da IN MPOG 05/2017 especificamente em autonomia aos cooperados, conforme:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados (IN MPOG 05/2017).

Finalmente deve ser destacada a Súmula 281 do TCU, que ainda não foi revogada, indica:

Ser vedada a participação de cooperativista em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade (Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 - Plenário, de 11 de julho de 2012).

#### **N. Cota Reservada a ME/EPP:**

Fatos relatados pelo setor de licitação indica que vem sendo ocorrendo casos em que a ampla concorrência tem um preço menor que o do mesmo item, as vezes de qualidade superior ao

<sup>1</sup> Nota Explicativa: Segundo orientação da PR/AJ deverá sempre ser justificada a ACEITAÇÃO OU NÃO da participação de empresas sob a forma de Consórcio. Além disso poderá ser estabelecido um limite (quantidade) de empresas que podem compor cada consórcio, o que deverá ser justificado, conforme os exemplos abaixo:

<sup>2</sup> Da não admissão da participação de empresas sob a forma de consórcio:

Por se tratar de licitação de objeto que não envolve especialidades complexas de ramos distintos, a participação sob o regime de consórcio não é justificada. Elucidamos ainda que o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.





**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª Superintendência Regional - Pernambuco**

indicados pelas ME's e EPP's; desvirtuando o objeto da legislação e mesmo da licitação, pensando nisso optou-se por adotar a seguinte justificativa:

O Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que “regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações pública de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.”, estabelece em seu art. 8º:

Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§4º Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvadas aos casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido, justificadamente.

§5º Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 6º.

Como pode ser observado no próprio Decreto nº 8.538/15, em seu art. 10, autoriza a desconsideração dos preços ofertados por MEs e EPPs, in verbis:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

(...)

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

(...)

IV – o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I – resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II – a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Portanto, considerando os fatos apresentados onde os preços dos item reservados acabam ficando superior e as vezes de menor qualidade que o item de ampla concorrência, muitas vezes arrematado por uma microempresas, empresas de pequeno porte, e que indicamos que



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

não há vantagem para a administração, além do mais a não previsão da cota de 25% está respaldada pelas ressalvas trazidas no corpo do Decreto Nº 8.538/2015, conforme supramencionada, e que a experiência tem demonstrado que, com a não previsão, a vantajosidade fica preservada, estão aqui apresentadas as devidas justificativas solicitadas para a não previsibilidade da reserva de 25% para MEs e EPPs nesta licitação, salvo melhor juízo

#### **O. Exclusividade para ME e EPP:**

Em atendimento ao disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o qual estabelece que os itens cuja contratação possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) devem ser destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

#### **P. Visita:**

Em consonância com as recomendações do TCU - Acórdão 1955/2014 Plenário - **não será exigida a visita ao local dos fornecimento e da entrega dos insumos**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um técnico, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

#### **Q. Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alínea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

#### **R. Desapropriação:**

Como os serviços referentes ao **FORNECIMENTO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE KIT'S DE IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO, PARA ATENDIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA**





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

**CODEVASF, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SOB JURISDIÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**, no Estado de Pernambuco, ocorrerá em parceria com associações de agricultores, cooperativas de agricultores familiar, instituições de ensino e prefeituras municipais, desta forma, os locais onde as unidades serão implantadas pertence ao beneficiado ou a instituição parceira, logo não há se falar de desapropriação.

#### **S. Da divisão do objeto da licitação em lotes:**

Visando ampliar e incentivar a concorrência, o que atua decisivamente na obtenção de um proposta mais vantajosa, o que figura como um dos princípios da licitação pública, busca-se a contratação por item.

#### **T. Critério de Julgamento:**

Na busca de minorar a possibilidade de possível “jogo de planilha” por parte das concorrentes, optou-se pela adoção do critério de julgamento das propostas tomando como base o **Menor Preço**, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

#### **U. Divulgação do valor orçado:**

Os valores orçado deverão ser divulgado em conformidade com o Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – que determina que nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

A não adoção do orçamento sigiloso, também está fundamentada no art. 25 do Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional, observado o disposto no inciso II do caput do art. 6º; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.

Nestes termos, os valores totais abaixo apresentado são os estimados para execução dos serviços de **FORNECIMENTO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE KIT'S DE IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO, PARA ATENDIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SOB JURISDIÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**, os quais foram estimados em **R\$ 13.975.260,86 (treze milhões, novecentos e setenta e cinco**



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

**mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos**), data base no mês de Novembro/2023, conforme indicado no Termo de Referência, sendo o valor máximo global aceito pela Codevasf.

#### **V. Garantia de Execução (caução):**

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço/Fornecimento que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

#### **W. Justificativa do Metodologia de coleta de preços:**

A pesquisa de preços foi realizada, conforme disposto na CI 105/2022, buscando a combinação sempre que possível, de diversas fontes de dados, quais sejam: preço nos sistemas de referência; contratações similares feitas pela CODEVASF ou outro ente da Administração Pública; e pesquisa direta de mercado, mediante solicitação formal.

Em um segundo momento foi realizado o levantamentos no SINAPI, ORSE, SEINFRA e painel de preços do Comprasnet para identificar os preços a serem utilizados no orçamentos, contudo estas plataformas não dispunha de informações para todos os itens ou as informações apresentadas não eram suficientes para fechar um orçamento. Finalmente foi buscado o mercado de Petrolina/PE para o fornecimento dos preços.

Nesta oportunidade foi identificado que o valor estimado necessários para a aquisição de 7000 (sete mil) kits para irrigação na agricultura familiar, sendo 5000 (cinco mil) com capacidade para irrigar 500 m<sup>2</sup> e 2000 (dois mil) com capacidade para irrigar 1000 m<sup>2</sup>, para atendimento a famílias de agricultores, sobretudo, os de baixa renda no municípios atendidos pela 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, está inicialmente orçado em **R\$ 13.975.260,86 (treze milhões, novecentos e setenta e cinco mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos)**, a preço de novembro de 2023. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base nos preços colhidos no Pannel de preços do Governo Federal, efetuadas as devidas atualizações pelos índices da FGV - Fundação Getúlio Vargas, no mercado local de Petrolina/PE e em sites de comércio, sendo utilizados de forma combinada, conforme estabelece na Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, bem como a Instrução Normativa nº 73/2020, de 06 de agosto de 2020.

#### **X. Qualificação Técnica:**

Os itens, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, dada a definição da contratação por item, devem ser apurados individualmente, de acordo com o percentual indicado no TR, permitindo-se a soma de mais de um atestado para atendimento das condições qualificatórias.

#### **Y. Orçamento Público/Aberto:**

A definição pelo orçamento público tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

PETROLINA/PE, 12 de dezembro de 2023

**RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:**

**Paulo Henrique Pereira da Cruz**  
Analista em Desenvolvimento Regional  
3ª GRR/UDT

**DE ACORDO:**

**Gildemar de Oliveira Santos**  
Analista em Desenvolvimento Regional  
Gerente - 3ª GRR